



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº _____ 2025

(Da Sra. CÉLIA XAKRIABÁ)

REQUER a realização de Audiência Pública a fim de debater a destinação das Florestas Públicas Não Destinadas no Brasil.

Senhora Presidenta,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para debater a fim de debater a destinação das Florestas Públicas Não Destinadas no Brasil.

Para tanto, sugiro que sejam convidados para esta audiência os representantes das seguintes entidades, sem prejuízo de outras representações de entidades pertinentes ao tema:

1. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Hermann Benjamim;
2. Representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade – IDS;
3. Representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM;
4. Representante do Ministério do Meio Ambiente;
5. Representante da Organização Amazônia de Pé;
6. Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ.
7. Representação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB;
8. Representação da CNS;

JUSTIFICAÇÃO





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá** (PSOL/MG)

Apresentação: 11/06/2025 14:34:49.917 - CPOV05

REQ n.24/2025

As Florestas Públicas Não Destinadas, que abrangem áreas significativas na Amazônia e em outras regiões do país, representam hoje um dos maiores desafios na preservação ambiental e no combate ao desmatamento. Sem uma destinação clara, essas áreas são altamente vulneráveis à grilagem, à exploração ilegal de madeira e ao desmatamento, contribuindo diretamente para a degradação ambiental e o aumento das emissões de gases de efeito estufa.

Estudos indicam que cerca de 30% do desmatamento anual da Amazônia ocorre nessas áreas, sendo que a grilagem em terras públicas é responsável por aproximadamente 50% desse total. Tal cenário é agravado pelo registro fraudulento dessas áreas no Cadastro Ambiental Rural (CAR), que impede o poder público de agir de maneira eficaz para protegê-las.

Diante disso, torna-se urgente discutir:

1. **A destinação prioritária dessas áreas** para unidades de conservação, terras indígenas ou concessões florestais sustentáveis;
2. **A criação de mecanismos legais e fiscais** que garantam o uso sustentável dessas florestas, protegendo sua biodiversidade e promovendo o desenvolvimento local por meio de atividades não predatórias, como a exploração de produtos florestais não madeireiros;
3. **O combate à grilagem de terras e ao desmatamento ilegal**, com a tipificação de novos crimes ambientais relacionados ao uso indevido dessas áreas ou outras alternativas;

Portanto, o debate público terá como objetivo reunir especialistas, representantes de comunidades locais, organizações ambientais e membros do governo para discutir e propor soluções legislativas e administrativas que garantam a proteção e uso sustentável das Florestas Públicas Não Destinadas, em alinhamento com os compromissos do Brasil no Acordo de Paris e a busca por uma transição climática justa.



* C D 2 5 3 4 4 1 0 8 5 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **Célia Xakriabá (PSOL/MG)**

Sala das Sessões, de maio de 2025.

CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL/MG)

Deputada Federal

Apresentação: 11/06/2025 12:34:49.917 - CPOV05

REQ n.24/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD253441085500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá

